

Viviane Cristine Pereira Nunes¹

Resumo: A pandemia de COVID-19 catalisou um processo que já estava em curso: a ocupação do ciberespaço com finalidades profissionais pelos historiadores. No entanto, as discussões acerca do tópico focam no uso deste espaço como ferramenta de ensino aprendizagem ou como ambiente de divulgação. Embora também possua essas funcionalidades, o ciberespaço pode ser um novo espaço laboral para os profissionais da História, motivando-os a passar por um processo de "reconfiguração". Neste espaço, a História Pública é uma prática importante para a defesa da legitimidade e da importância da história para o grande público, construindo através do debate e da autoridade compartilhada o conhecimento histórico. Surge, daí, a história pública digital e, com ela, novas questões epistemológicas acerca do ato de fazer história. Diante disso, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica acerca das tensões que o uso do ciberespaço apresenta à historiografia e à produção do conhecimento histórico, bem como refletir sobre o papel social do historiador do século XXI.

Palavras-chave: Ciberespaço; História Digital; História Pública Digital.

WHAT IS THE PLACE OF CYBERSPACE FOR THE 21ST CENTURY HISTORIAN?

Abstract: The COVID-19 pandemic catalyzed a process already underway: the occupation of cyberspace for professional purposes by historians. However, discussions on this topic often focus on using this space as a teaching and learning tool or as a dissemination environment. Although it also serves these functions, cyberspace can be a new workspace for history professionals, encouraging them to undergo a process of "reconfiguration." In this space, Public History is an important practice for defending the legitimacy and importance of history to the general public, building historical knowledge through debate and shared authority. From this emerges digital public history, along with new epistemological questions about the act of doing history. Therefore, the objective of this article is to conduct a literature review on the tensions that the use of cyberspace presents to historiography and the production of historical knowledge, as well as to reflect on the social role of the 21st-century historian.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: cristineviviane13@gmail.com.

Introdução à espacialidade digital

A ciência histórica possui o tempo como uma de suas categorias fundamentais. Fundamental para a construção de sentido nos estudos históricos, o tempo está inserido em um processo dinâmico, que o transforma e instiga a nós, historiadores, a transformarmo-nos na mesma medida. Essa transformação muda a maneira como nós enxergamos e nos relacionamos com o tempo e, para os profissionais da história, afeta a maneira através da qual se produz conhecimento, considerando que a experiência dos sujeitos com o tempo é diversa e não pode ser compreendida isoladamente, se fazendo necessário um processo de historicização. Sobre o tema, o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que:

A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. (GUIMARÃES, 2017, p.27)

Nesse sentido, a perspectiva temporal do objeto de análise do historiador não pode ser desconsiderada, bem como precisa ser investigada a partir de uma abordagem que englobe os sentidos atribuídos pelos sujeitos a ela. Atualmente, lidamos com uma demanda de temporalização do tempo (PEREIRA; ARAÚJO, 2018, p. 34) em que passado, presente e futuro estão fortemente articulados, requerendo que nós, historiadores, exercitemos constantemente a habilidade de relacionar o que sabemos do passado com o que queremos do futuro.

No entanto, o tempo não é a única categoria conceitual passível de transformações no ofício do historiador. As discussões espaciais, bem como a emergência de novos espaços, também estão em meio a um processo de transformação e dinamicidade consideravelmente impactado pelo advento e popularização da *internet*, que, aos poucos, passou a fazer parte do

cotidiano dos historiadores em suas atividades laborais através da introdução do uso das tecnologias da comunicação e informação, as TIC'S.

Softwares acadêmicos, sites para consulta, acervos digitais e redes sociais - acadêmicas ou não, tornaram-se comuns ao historiador nas duas primeiras décadas do século XXI, graças à chamada Era Digital. Esse processo de “digitalização” foi potencializado pela Pandemia de COVID-19 vivenciada no ano de 2020, um momento “(...) no qual o digital se torna quase o único meio de comunicação e existência” (LUCCHESI, 2020, p.162).

No entanto, embora o universo digital pareça uma novidade, o ciberespaço surge no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando as tecnologias dos meios de comunicação avançaram de maneira veloz e a internet surgiu como uma nova ferramenta de integração mundial. Assim, a partir das ações virtuais dos sujeitos, nasce um novo espaço, definido pelo filósofo Pierre Lévy como

um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 2010, p.17)

No Brasil, a compreensão dos historiadores acerca do ciberespaço se dá a partir de duas possibilidades, conforme afirma Lucchesi (2014) em sua dissertação:

1º significa que, por um lado, o local de trabalho do pesquisador é modificado, renovado e organizado de modo diferente, recebendo novos itens, talvez assumindo outras paisagens, transformando seu som ambiente, temperatura etc. (...) O 2º sentido desse novo espaço de trabalho, por sua vez, diz respeito à incorporação do ciberespaço (ver glossário) e toda sua complexidade no leque de possibilidades de “campo”, de “lugar” de pesquisa. Ou seja, os recortes espaciais de nossas pesquisas, por assim dizer, podem ganhar uma nova dimensão. (LUCCHESI, 2014, p. 47-48)

Embora a autora, há dez anos, já indique o ciberespaço enquanto um potencial lugar ou campo de pesquisa, os entraves e desconhecimentos acerca do que de fato o constitui ainda persistem. Não são raras as narrativas que restringem este espaço virtual a uma ferramenta de ensino e

aprendizagem histórica ou, ainda, às redes sociais e seus usos com finalidade didática. Essa visão é refutada por Fortes e Alvim (2020) quando pontuam que

A atuação nesse ambiente digital que permeia crescentemente a produção e circulação do conhecimento histórico desafia os pesquisadores a irem além de uma compreensão instrumental e consumista das novas tecnologias. (FORTES; ALVIM, 2020, p.209)

Em consonância com o disposto por Lucchesi (2014) e Fortes e Alvim (2020), Carvalho (2016), ao refletir sobre a pertinência do uso e dos estudos acerca das redes sociais pelos historiadores, afirma que “As redes sociais, portanto, significam tanto fonte como objeto de estudo do historiador.” (CARVALHO, 2016, p.44).

Para além do que foi apontado por este autor, compreendendo que esse espaço provoca no historiador a necessidade de adequação na produção do conhecimento histórico, transformando-o, é possível afirmar, também, que as redes sociais assumem o papel de um novo espaço de atuação para os profissionais da história, o que nos desafia a reconfigurar não somente as nossas ações, mas também a repensar a nossa identidade enquanto profissionais.

Além disso, há também a percepção do ciberespaço enquanto um meio de divulgação científica para os pares e para o grande público, visão que ainda desconsidera o potencial do ciberespaço enquanto um lugar de produção de conhecimento histórico inovador, que ancora na colaboração com o público uma flexibilização no modo de fazer história, preservando o método, mas utilizando novas ferramentas em um novo espaço. De acordo com Malerba (2017), a ampliação do público faz com que este seja visto “não como exclusivamente “audiências”, consumidores de história, mas, em alguma medida (...) público gerador de história” (MALERBA, 2017, p.141).

Assim, entende-se que o historiador não é o único responsável pela construção do conhecimento histórico. O processo implica considerar uma história feita também pelo público e com o público (MAUAD apud SANTIAGO, 2016, p. 90-91). Essa colaboração com o público é definida por

Henry Jenkins (2009) como Cultura Participativa, um termo que abarca a influência ativa do público não somente no consumo do produto final, mas também na criação e na circulação de novos conteúdos (JENKINS in BURGESS; GREEN, 2009, p.28). Há, no pensamento de Jenkins, uma aproximação também com o que Pierre Lévy (2005) define como Cibercultura, um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, pensamentos e valores que definem o ciberespaço” e formam redes de relações sociais entre seus usuários (LEVY in COELHO, 2012, p. 49).

Assim, o historiador não performa no ciberespaço um papel de mero comunicador, mas assume a postura de facilitador do processo de construção do conhecimento, reelaborando instrumentos, ressignificando conceitos e ampliando o alcance das suas produções com o auxílio do seu público. Silveira (2020), ao analisar a conjuntura análoga à atuação do historiador no ciberespaço, afirma que

Trata-se de um contexto desafiador, [...] que exige a reinvenção de historiadoras e historiadores, a batalha por novos espaços de atuação e, ao cabo, a elaboração de uma nova justificativa para o conhecimento histórico, assim como para o ensino superior, no país. (SILVEIRA, 2020, p. 4)

Considerando esse cenário de inserção laboral do historiador no espaço digital, Aguiar (2012) aponta que a produção de conhecimento acerca desta temática tende a resultar em reelaborações epistemológicas derivadas da influência da cultura digital na concepção conceitual de termos caros à ciência histórica, como fonte, tempo e espaço.

Nesse sentido, é possível afirmar que a produção de conhecimento histórico se transforma conforme o espaço em que ocorre. Em consonância com os postulados de Aguiar (2012), Silveira (2018) também aponta que os usos e aplicações da internet no *métier* historiográfico exercem impactos sobre uma série de conceitos caros à historiografia, como vestígio, fontes históricas, narrativa e tempo.

No entanto, é válido pontuar que essa transformação não afeta o método de produção desse conhecimento, definido por Lucchesi (2014) como a base da História, mas as técnicas e os “instrumentos” utilizados na construção das narrativas provenientes da trajetória humana no tempo. Assim, de acordo com Lucchesi (2014):

Nem as tecnologias, nem a história digital opera uma ruptura radical com estas bases, antes acrescentando nova mobília e ferramentas à oficina da história, mas os fundamentos da disciplina continuam os mesmos (LUCCHESI, 2014, p.52)

Neste ínterim, o historiador contemporâneo se vê tão atravessado pelo espaço digital que, tal como os softwares, percebe que é chegada a hora de “instalar” uma atualização. Essa nova relação do historiador com as urgências do tempo em que vive é discutida por Pereira e Araújo (2018) através da ideia de atualismo, um regime de historicidade em que o sujeito se vê constantemente desatualizado, sempre em meio a necessidade de uma nova versão de si. Para os autores, a historicidade atualista tem o futuro como algo garantido como repetição em expansão linear do presente. O futuro não está por vir, ele, atualista, é apenas o presente 2.0 (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p.3). Aqui, compreendemos que a percepção atualista de tempo também afeta a própria existência do historiador, que se vê em meio a uma demanda de atualização provocada pelos constantes *updates* do tempo presente.

Essa necessidade de reconfiguração histórica desafia o historiador e suas relações com o espaço digital e o espaço público. A história digital é definida por Monina (2013) como um complexo universo de produções e trocas sociais que tem por objeto principal o conhecimento histórico, transferido de outros ambientes e/ou diretamente gerado e experimentado em ambientação digital. Ela surge como uma área da ciência histórica responsável por refletir sobre essa nova baliza historiográfica. Para Noiret (2015) e Weller (2013), o grande trunfo da história digital e das humanidades digitais reside na possibilidade de transformar a disciplina, ressignificar tradições que parecem perder o sentido e renovar a nossa ciência. Além

disso, os autores incentivam os historiadores a usarem o digital para além da função de “muletas”, e instrumento de ensino e aprendizagem. O digital precisa ser visto como um espaço que suscite a problematização nas nossas reflexões sobre o ofício do historiador, possibilitando, inclusive, a reelaboração da nossa identidade profissional.

Embora exista um certo estranhamento em relação ao tema e a exploração desse novo espaço no cotidiano profissional e nas pesquisas acadêmicas, todos nós estamos conectados, e já não é mais possível imaginar outra forma de fazer história sem o uso das facilidades proporcionadas pelo ciberespaço. Na opinião de Anaclet Pons (2013), por exemplo,

Seria possível supor que tanto a reflexão sobre as ferramentas digitais quanto seu próprio uso têm sido escassos dentro da corporação dos historiadores. Essa suspeita, entretanto, é apenas parcialmente correta. Após os primeiros tempos de receio e assombro, muitas das aplicações surgidas, as mais simples e, não por isso, menos significativas, foram incorporadas à prática cotidiana. Nós as interiorizamos como recursos habituais, como se houvessemos desfrutado delas desde sempre, como se fossem naturais e não houvesse modificado em absoluto nossa maneira de exercer a profissão. (PONS apud SILVEIRA, 2013, p.34)

Outro nome engajado no estudo das transformações vivenciadas pelo historiador no século XXI é o de Meg Foster (2014), que enxerga o momento atual de interação entre o público e a história como inédito. A historiadora também assegura que não há como retroceder, sobretudo pelo caráter colaborativo que o processo de construção do conhecimento no ciberespaço assume:

A Internet e a História Pública estão poderosamente conectadas em nosso *user generated world*. Uma vez que já se fez tal progresso com a Web 2.0 para se ter acesso ao passado, é impossível não ver a Internet como parte significante do futuro da História Pública (FOSTER apud CARVALHO, 2016, p.40)

O estranhamento dos historiadores com esse novo espaço, no entanto, não pode ser compreendido de maneira unifocal, tendo em vista que a perspectiva que possuem foi construída durante a graduação que cursaram. Assim, compreendendo que o graduado em história carrega consigo as

experiências, vivências e atravessamentos que fizeram parte do seu percurso formativo, é preciso analisar também a influência que a universidade, enquanto instituição responsável pela sua formação inicial, exerceu na percepção que ele apresenta em relação ao uso do ciberespaço com finalidades profissionais.

O papel da universidade no fortalecimento da História Pública Digital

De acordo com Silveira (2020), faz-se importante a realização de uma discussão acerca da inserção social do conhecimento histórico, pensando a atuação do historiador também do ponto de vista da temática do trabalho e das relações trabalhistas. Essa pauta, segundo o autor, é uma lacuna no que diz respeito ao trabalho do historiador na contemporaneidade, que reflete um déficit na formação universitária desse profissional, visto que, para essa tarefa, “nossos cursos de graduação e pós-graduação pouco os têm preparado” (SILVEIRA, 2020, p.4).

Para Pedro Telles da Silveira,

Torna-se necessário repensar a atuação de historiadoras e historiadores sob o prisma do trabalho, de modo a conceber novas identidades profissionais enquanto historiadoras e historiadores que atuarão em espaços que não o universitário ou escolar. Essa necessidade é tanto maior quanto, devido às mudanças nas condições de acesso a postos universitários e à deterioração das condições de trabalho na educação básica, mais e mais historiadoras e historiadores escolherão vias alternativas para sua atuação. (SILVEIRA, 2020, p. 5)

Essa atuação nas vias alternativas definidas pelo autor também é analisada por Schmidt (2018), que aponta um movimento dos historiadores, seja por preferência ou necessidade financeira, rumo a uma atuação que fuja da dualidade professor/pesquisador, o que reforça a importância da reflexão sobre esses temas e possibilidades já durante a formação inicial desses profissionais.

Moran, Maseto e Behrens (2000) sinalizam que as mudanças vivenciadas pela virtualização da sociedade têm desafiado as universidades a oferecer

uma formação que acompanhe as demandas deste momento histórico. Para os autores, é necessário desconstruir a visão de que o fim da graduação oferece ao historiador uma formação completa, tendo em vista que essa perspectiva vem gerando uma crise significativa nos meios acadêmicos.

A crise vivenciada pelos historiadores graduados é também discutida por Silveira (2020), que aponta que

para além da ausência de perspectivas de futuro, encontra-se também o que pode ser uma figura mais próxima e imediata da disjunção subjetiva que é resultante, apesar do contexto atual, da falta de conflito que caracteriza a sociedade neoliberal. (SILVEIRA, 2020, p. 16)

Nesse sentido, Silveira relaciona a individualização do trabalho do historiador contemporâneo como uma consequência da distância que se criou de um *ethos boêmio*, um aspecto importante da vivência universitária em que o não-conformismo era incentivado e encontrava respaldo em um grupo de pessoas submetidas a mesma realidade. O distanciamento dessa boemia, potencializado pelo contexto da pandemia de COVID-19, ocasionou um cenário de prostração diante dos mecanismos de exploração do sistema neoliberal ao qual estamos submetidos, gerando uma sensação de isolamento e tornando-se também uma das razões para o aumento dos casos de depressão e crise profissional entre os historiadores (SILVEIRA, 2020, p.16).

É sintomático, no entanto, que vinte anos após as colocações de Moran, Maseto e Behrens (2000) ainda tenhamos falas como a de Silveira (2020), que indicam a permanência da necessidade das universidades oferecerem uma formação adequada aos seus estudantes.

Em relação a essa mesma temática, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho expõe uma opinião que se coaduna com o que foi dito por Silveira (2020) e Schmidt (2018). O autor sinaliza que, devido às novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias, a atuação do historiador está passando por uma transformação significativa, indicando que a universidade possui um papel central nesse processo. Para Carvalho,

É fundamental que os cursos de história, por exemplo, ofereçam disciplinas, eletivas ou obrigatórias, voltadas para divulgação científica, história digital ou história pública. Essas disciplinas são hoje essenciais para se pensar, dentro do curso de história, a elaboração de projetos, princípios de administração, noções de design gráfico (principalmente o chamado o design thinking), mídias sociais, programação, internet e comunicação social de uma forma geral. (CARVALHO, 2014, p.184)

Deste modo, se considerarmos que a história é um produto que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social, refletindo as características do tempo e do espaço em que é produzida (CERTEAU, 1982), podemos afirmar também que o historiador construído na universidade é produto dessas relações entre tempo e espaço.

Essa necessidade de reflexão acerca deste espaço se anora na visão de que a universidade pode ser analisada enquanto um espaço de poder e práticas sociais onde dominações simbólicas acontecem (BOURDIEU, 2008). Nesse sentido, é importante que, para além de voltar o nosso olhar ao ciberespaço e às nuances vivenciadas pela história digital, sejamos capazes de voltarmo-nos também ao espaço de formação dos historiadores. Refletir sobre de que maneira as relações de poder ali presentes interferem no fazer historiográfico e instrumentalizam os novos historiadores a construir a história com aquilo que é próprio de seu tempo é condição *sine qua non* para que possamos compreender esse cenário.

Esse olhar para a universidade se baseia na noção de que este espaço é dotado de uma dinâmica de micropoder, que repercute no âmbito macro da sociedade (FOUCAULT, 1979). Pensar a partir dessa perspectiva implica

captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p.182).

Nesse sentido, ao refletir sobre as conexões entre universidade, relações de poder e ciberespaço, Carvalho (2014) afirma que é evidente que há enormes desafios dentro do campo da história pública digital e que essas

novas tecnologias possuem um lado intimidador. O surgimento de novas formas de fazer história mexe com relações de poder que há muito tempo estão estabelecidas nos espaços profissionais, inclusive na história.

Funções da História e compromissos do historiador no tempo presente

Em seu livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch (2001) constrói reflexões próprias da ocupação do historiador, pensando em sua posição enquanto sujeito e também sobre a função que a história tem para a sociedade, motivado por uma pergunta feita pelo seu filho. O autor defende em sua obra que a história possui uma função fundamental de orientar as ações dos sujeitos no tempo presente e que o historiador, por sua vez, possui um compromisso intrínseco com as demandas do tempo em que está inserido. Ou seja, instiga que os historiadores não enxerguem a história apenas como um antiquário, ligada necessariamente ao passado, mas como uma ciência responsável por, através dele, orientar os homens do presente em sua experiência temporal. Além disso, convoca o historiador em seu compromisso de pensar a história, o que passa por acompanhar as transformações e singularidades do tempo em que está inserido.

Essa atribuição do historiador, alinhada às demandas do tempo presente, foi transformada, estando agora diretamente ligada ao combate às narrativas descompromissadas e destituídas de uso do método histórico veiculadas no espaço público. Conforme apontam Varella e Bonaldo (2021), o discurso histórico passou a conviver com novos registros, que até então não encontravam lugar no espaço público, no mundo pós-digital. Teorias da conspiração, discursos de ódio, *fake news* e negacionismos agora são realidades cotidianas, que desafiam a autoridade do historiador e levam-no a “competir com narrativas não credenciadas por fontes confiáveis” (VARELLA; BONALDO, 2021, p.2).

Esse cenário evidencia a necessidade da manutenção de uma autoridade científica do historiador, que “depende cada vez mais da capacidade de alcance frente ao público e do domínio das novas mídias e linguagens digitais” (CARVALHO, 2018, p. 173). No entanto, a ideia de autoridade aqui pensada não está alicerçada nos mesmos elementos cunhados no processo de institucionalização da História, mas em uma autoridade compartilhada com o público que não somente consome, mas também participa da construção desse conhecimento histórico.

Nesse ínterim, não surpreende que a preocupação com a História Pública tenha se mostrado como um caminho para a resolução do problema da relevância do conhecimento histórico (SILVEIRA, 2020).

Especialmente no contexto pandêmico, Espinosa et al. (2021) apresenta em seu artigo *História, historiadores e a pandemia de COVID-19* a percepção de nove historiadores e historiadoras sobre os efeitos da pandemia em seus ofícios. Lá, é possível constatar que os historiadores acadêmicos reconhecem a importância de ocupar o ciberespaço e alcançar um público mais amplo, sobretudo para corrigir as distorções da mídia em relação ao passado. No entanto, existem desafios que se apresentam para a efetivação dessa nova atuação, como a desigualdade e a sobrecarga laboral, potencializadas pela desigualdade de gênero, a grande importância que a academia confere às formas de divulgação mais canônicas, como os papers e as publicações em periódicos indexados, para a avaliação da produtividade dos pesquisadores e as condições de possibilidade dessa forma de atuação, considerando o aspecto geracional (ESPINOSA et al., 2021).

Os autores do artigo demonstram também uma esperança clara de que a nova geração de historiadores ocupe esse espaço de maneira mais efetiva, considerando que esse grupo já nasce na condição de nativos digitais. No entanto, ao se debruçar sobre a experiência de graduandos e pós-

graduandos no projeto de edição de verbetes da Wikipédia lusófona, Varella e Bonaldo (2021) constatam que, embora nativos,

(...) muitos tiveram dificuldade em editar em ambiente digital. Era de se esperar que a geração Z, nascida e criada nas novas tecnologias computacionais, tivesse familiaridade e facilidade com a atuação em ambiente virtual; porém, as limitações de conhecimento foram amplas e algumas vezes tão profundas que levaram os interessados a desistirem de participar do projeto. (VARELLA; BONALDO, 2021, p.17)

Nesse sentido, é possível perceber que a dificuldade de ocupação do ciberespaço de maneira efetiva varia, mas não depende necessariamente do aspecto geracional para acontecer. Até mesmo os historiadores mais jovens, ainda inseridos na formação inicial, encontram obstáculos para fazê-lo de maneira eficiente, o que denuncia a necessidade de modificações no que diz respeito aos currículos das licenciaturas e bacharelados de História, para acompanharem de maneira profícua as demandas do pós-digital.

Assim como o campo de estudos da História Digital, a História Pública é uma área da ciência histórica institucionalizada há mais de 40 anos, mas que vive hoje um momento que mistura otimismo e inovação. A discussão sobre o que exatamente denota o termo é intensa e está longe de alcançar um consenso, no entanto, é possível afirmar que “a História Pública, não importa qual a vertente, sempre buscou aproximar o grande público dos processos de construção da história.” (CARVALHO, 2016, p.19). Além disso, é importante pontuar que esse historiador público deve, de acordo com Serge Noiret:

Poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais. Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do “public historian”. (NOIRET, 2015, p. 40)

Por isso, é possível afirmar que a história digital, enquanto prática que não se restringe aos muros das universidades e aos espaços compartilhados pelos pares, é um tipo de história pública que envolve o trabalho e a mediação dos historiadores públicos digitais e dos historiadores especialistas

em comunicação multimídia (NOIRET, 2015). Assim, essa simbiose entre espaço digital e divulgação científica para o grande público acaba por tornar a história, ao mesmo tempo, em que digital, também pública (CARVALHO; LUCCHESI, 2016).

Dessa maneira, embora o mundo digital proporcione um espaço democrático, em que há uma circulação de saberes e discursos diversos, “exemplos recentes demonstram como a proliferação de usos do passado pode ser uma ameaça ao conhecimento certo e verdadeiro, senão mesmo à vida e à democracia” (VARELLA; BONALDO, 2021, p.4).

Diante disso, é importante que esse protagonismo na elaboração de narrativas e na ocupação desse espaço seja dos historiadores. Desde meados dos anos 1990, Prost (1996) já alertava que delegar essa função aos jornalistas e/ou outros profissionais seria tão perigoso quanto renunciar à formação dos professores dos liceus e colégios. O crescimento exponencial dos negacionismos e das fake News parecem ter confirmado o seu diagnóstico.

A advertência de Prost (1996) encontra consonância direta com o afirmado por Yerushalmi (2007), que postula a importância do historiador e de sua atuação no processo de combate aos assassinos de memória, afirmando que:

Somente o historiador, com sua rigorosa paixão pelos fatos, pelas provas e pelos testemunhos, pode realmente montar a defesa contra os agentes do olvido, contra os que reduzem documentos a farrapos, contra os assassinos da memória e os revisores das enciclopédias, contra os conspiradores do silêncio. (YERUSHALMI apud ROSSI, 2007)

Assim, o que se percebe nesse cenário, consoante as reflexões de Pedro Telles da Silveira sobre o livro *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving and Presenting the Past on the Web*, escrito por Roy Rosenzweig e Daniel J. Cohen é que:

(...) [há] um momento crítico que assombra os profissionais de história, pois “nas últimas duas décadas, as novas mídias e as novas tecnologias desafiaram os historiadores a repensar as maneiras pelas quais eles pesquisam, escrevem, apresentam e ensinam a respeito do passado”. Esses desafios incluem o reconhecimento de um espaço

público muito mais diversificado no qual o conhecimento histórico circula, aliado à potencial diminuição da autoridade dos historiadores e historiadoras frente à maior popularidade dos historiadores amadores. (COHEN; ROSENZWEIG apud SILVEIRA, 2018, p.31)

Diante desse momento crítico, a defesa de Silveira é a de que:

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. (...) (SILVEIRA, 2016, p.41)

Sobre a atuação dos historiadores amadores apontados por Telles da Silveira, o historiador Marcelo Téo (2018), em seu artigo “Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades”, suscita o debate em torno dos compromissos da história diante das novas formas de produção e circulação do conhecimento histórico, incentivando a apropriação desse espaço pelo profissional especializado para tal. O artigo também versa sobre a importância da profissão do historiador para evitar um desequilíbrio de histórias, o que podemos perceber através da ascensão de figuras como Laurentino Gomes, Leandro Narloch e a empresa audiovisual Brasil Paralelo, que ocupam uma parcela significativa do mercado através da veiculação de narrativas revisionistas e descompromissadas com a metodologia da pesquisa histórica e, ainda assim, alcançam um grande público.

Esses discursos, constantemente elaborados com finalidades políticas, tiveram um impacto significativo na opinião pública no que se refere à importância do ensino de história e, consequentemente, da profissão de historiador, o que contribuiu para a aprovação de um modelo de ensino médio que enxerga as humanidades como opcionais na formação do estudante do ensino básico no Brasil. Além dos impactos no ensino básico, as consequências dos discursos que buscam a todo custo deslegitimar o saber histórico produzido na academia se dão através da propagação de publicações falsas, boatos, da judicialização do saber histórico e dos cortes

no orçamento das universidades e agências de fomento à pesquisa (SILVEIRA, 2020).

É necessário, portanto, diante da pluralidade de vozes, discursos e perspectivas disponíveis no ciberespaço, que os historiadores ocupem esses espaços, sob o risco de assistirem ao desenvolvimento de um eclipse de sua autoridade sobre seu próprio campo de conhecimento (CARVALHO, 2018, p. 171). Para além da atuação nestes espaços, é ímpar que exista também uma transformação no que diz respeito à forma como essa presença se dará, assumindo o que Carvalho (2016) define como uma atitude de presença:

Refiro-me aqui à capacidade de ocupar estrategicamente uma rede social, tornando-se seu protagonista, ponto de referência e irradiador de informações e debates, sujeito-autor capaz de propor temas e de gerar o engajamento de outros usuários. (CARVALHO, 2016, p.45)

Para além da necessidade de saber como ocupar esse espaço de maneira profícua, apropriamo-nos aqui de duas das proposições que Malerba (2014) apresenta no encerramento do seu artigo "Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History" para refletir sobre a urgência de repensarmos nosso papel diante das demandas provocadas pelo aumento da difusão massiva do que ele chama de história popular. Assim, de acordo com Jurandir Malerba:

5. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos entrarem nesse debate, inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas; 6. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público. (MALERBA, 2014, p.43)

Portanto, diante dos desafios inerentes à profissão do historiador no século XXI, ocupar o ciberespaço de maneira comprometida e científica é, antes de tudo, lutar pelo reconhecimento da importância da História na formação cidadã, pela sobrevivência da profissão de historiador no mundo contemporâneo e pela preservação do rigor científico no combate aos

revisionismos distorcidos e dissimulados - o primeiro passo para a construção das narrativas negacionistas tão comuns no contexto pós-digital.

Considerações finais

O conceito de lugar, caro aos nossos colegas da geografia, possui múltiplos significados. Um deles, de acordo com Yi Fu Tuan (1983), define o termo como uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, ou seja, denota uma relação de pertencimento e significados atribuídos pelo sujeito ao espaço. Diante disso, ao refletir sobre a história digital e o ciberespaço, por muitas vezes me perguntei, com o perdão da aparente redundância, qual seria o lugar do ciberespaço na historiografia e na formação do historiador do século XXI?

Longe de uma conclusão assertiva, hipotetizo que, contraditoriamente, o ciberespaço se encontra hoje em um não-lugar, tendo em vista a permanência de uma visão desconfiada em relação aos seus usos e potencialidades, bem como aos usos e metamorfoses da história neste novo ambiente. Esse “limbo espacial” é reforçado pelo distanciamento dos cursos de graduação, em maioria, das discussões acerca do tema, o que acarreta uma formação que não acompanha as demandas do tempo presente e, consequentemente, não instrumentalizam adequadamente os historiadores para que ocupem esse espaço de maneira assertiva e eficaz.

Assim, este artigo dista da ambição de encontrar conclusões objetivas, mas busca contribuir para a historiografia e para as discussões relativas ao historiador da contemporaneidade, sua formação, identidade e trajetória profissional em novos espaços laborais, historicizando seus posicionamentos e instrumentos para que se torne possível, aos poucos, aprofundar o debate e ensaiar a elaboração de respostas para questões tão incertas.

Portanto, considerando que a história é um produto que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social, refletindo as características

do tempo e do espaço em que é produzida, é possível afirmar que os estudos em relação ao ciberespaço não podem desconsiderar os aspectos espacializantes do uso das redes sociais, considerando que essas comunidades imaginadas são lugares praticados que carregam consigo a atuação dos sujeitos e os valores que eles lhe atribuem.

Esses valores são produzidos e reproduzidos através das ferramentas particulares desse espaço, que carregam consigo uma potencialidade discursiva que não pode ser desconsiderada nas análises futuras, sobretudo pela carga de influência que obtiveram do espaço de formação dos sujeitos que a produzem, a universidade.

Assim, a reflexão sobre o lugar do ciberespaço e sua influência na produção do historiador do século XXI só é possível via uma reflexão que considere a importância da relação entre espaço e sujeito em sua complexidade.

Referências

AGUIAR, Leandro Coelho de. *Cultura digital e fazer histórico: estudos dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador*. Mar. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/769>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. 159 p.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e espaço simbólico. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª edição, Campinas: Papirus, 2008, 222 p.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n.5 2014, p.165-188. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*. Dossiê: História Pública: escritas

contemporâneas de História, Vol. 07, n.º 07, Rio de Janeiro, 2016, p. 35-53.
Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/25602>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 345 p.

DE FARIA PEREIRA, M. H.; LOPES DE ARAUJO, V. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39802, 2021. DOI: 10.15448/1980-864X.2021.1.39802. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/39802>. Acesso em: 19 maio. 2024.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo, EDUSC, 2003, 394 p.

ESPINOSA, M., MONZOTE, R. F., GARCÍA, M., GOMES, A. C. V., NEELAKANTAN, V., ODUNTAN, O., ... & TURIN, R. História, historiadores e a pandemia de covid-19. *Topoi* (Rio de Janeiro), 22, 588-621, 2021. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/topoi/a/G4rxgkq9wzTkMCm6s9KnmrN/?format=df>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 207–227, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e68270>> Acesso em: 18 mai. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 295 p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*, v. 6, Pelotas, 2017 p. 21–36. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/12004>>. Acesso em 22 dez. 2023.

JENKINS, H. O que aconteceu antes do YouTube?. In: BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205278/mod_resource/content/1/Burgess%20et%20al.%20-%202009%20-%20YouTube%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20Como%20o%20maior%20fen%C3%B4meno%20da%20cultura%20participativa%20transfor>

mou%20a%20m%C3%ADdia%20e%20a%20socieda.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010, 264 p.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, vol. 17, n.º 1, 2014, p. 39-69. Disponível em: <<https://orbilu.uni.lu/bitstream/10993/31136/1/Lucchesi%20-202014%20-20Conversas%20na%20antessala%20da%20academia%20o%20presente%2C%20a%20.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, v. 27, n. 45, Florianópolis, 2020, p. 161-169. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e73831>> Acesso em: 17 jan. 2024.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 7.15 (2014): 27-50. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692/466>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História* 37 (2017): 135-154. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 21 mai. 2024.

MONINA, Giancarlo. Storia digitale: il dibattito storiografico in Italia. *Memoria e Ricerca*, n.43, 2013, p.185-202.

MORAN, José; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2000. 173 p.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, Rio de Janeiro, 2015, p. 28-51. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. *Atualismo 1.0 - Como a ideia de atualização mudou o século XXI*. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

PONS, Anaclet. *El desorden digital. Guía para historiadores y humanistas*. Madrid: Siglo XXI España, 2013, edição Kobo, 320 p.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: *Doze Lições sobre a História*. São Paulo: Autêntica, 1996, 288 p.

ROSSI, Paolo. *O Passado, a Memória, o Esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: EDUNESP, 2010, 240 p.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil – sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018, 360 p.

SILVEIRA, Pedro. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, Florianópolis, 2020, p.1-28. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0204>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. Dez. 2018. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189249>>. Acesso em 16 jan. 2024.

TÉO, Marcelo Róbson. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). *Tempo e Argumento*, n. 10, v. 23, Florianópolis, 2018, p. 358- 380. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018358/8073>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, 248 p.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. Todos Podem Ser Divulgadores?. *Estudos Ibero-Americanos*, V. 47, P. E38806, 2021. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/38806/27038>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013, 224 p.